
Francisco Bethencourt & Luiz Felipe de Alencastro, O Império Português face a outros Impérios, séculos XVI-XIX, Paris, Maisonneuve & Larose – Centro Calouste Gulbenkian, 2004, 314 p., ISBN: 978-2706818484

Traduzido de: Francisco Bethencourt & Luiz Felipe de Alencastro, L'Empire portugais face aux autres Empires, XVI-XIXe siècles, Paris, Maisonneuve & Larose – Centre Calouste Gulbenkian, 2004, 314 p., ISBN : 978-2706818484

Michel Cahen

Lusotopie

Precisa citar este papel?

Receba a citação nos estilos
[MLA](#), [APA](#) ou [Chicago](#)

Quer mais papéis como este?

Faça o download de um pacote PDF de artigos
relacionados

Pesquise no catálogo da Academia com 55
milhões de artigos gratuitos

Francisco Bethencourt & Luiz Felipe de Alencastro, O Império Português face a outros Impérios, séculos XVI-XIX, Paris, Maisonneuve & Larose – Centro Calouste Gulbenkian, 2004, 314 p., ISBN: 978-2706818484

Michel Cahen

Lusotopie

[Original Paper](#) 

Abstrato

Esta obra trata da história moderna, mas os debates historiográficos que conduz têm interesse que vai muito além deste período da história. Vemos isso na introdução (p. 7-14) de F. Bethencourt: “Numa perspectiva da história mundial, a expansão portuguesa é [muitas vezes] reduzida ao carácter simbólico da viagem do Gama, mas também é definida como a forma tardo-medieval de um processo que seria finalmente desenvolvido um século depois, com contornos capitalistas, pelas Companhias Holandesas e Inglesas das Índias Orientais [...] Na verdade, a história da expansão portuguesa ainda é hoje relativamente compartimentada no espaço de uma historiografia nacional, até mesmo nacionalista. A única área que mostra um fôlego mais aberto às realidades inter-regionais e internacionais é a do Brasil colonial, justamente porque o Brasil se tornou independente há quase dois séculos e sua posição geoestratégica atrai pesquisadores de vários países. Noutras áreas, apesar dos

esforços de vários historiadores entre os quais destaco Magalhães Godinho, que souberam inserir a história da expansão portuguesa num contexto global, os estudos desenvolvem-se em grande parte num sistema de auto-referências muito distante de qualquer perspectiva comparativa. (p. 8) [...] É verdade que estamos perante um profundo problema sociológico e histórico: a expansão ultramarina desempenhou um papel essencial na história do país e na criação da identidade nacional no século XIX, um papel muito mais importante do que no caso de Espanha ou no caso de Inglaterra. É preciso dizer que todas as crónicas e histórias de Portugal desde o século XIII integram a expansão como um esforço estrutural, que condiciona a evolução do país, o que não acontece nos restantes países envolvidos na expansão europeia [...]. Contrariamente à visão tradicional da historiografia mundial, que destaca o período inicial da expansão portuguesa, é precisamente a capacidade de enraizamento, reprodução, transferência e reorganização do 'império' o que torna o estudo deste caso interessante. Nesta perspectiva, por exemplo, o século XVIII foi o do grande avanço dos portugueses para o interior do continente americano, com uma intensidade sem precedentes de viagens de exploração e ocupação do território. » (págs. 8-9)

A obra trata então, nesta perspectiva, das ligações com a Holanda, a Inglaterra, a França, tanto do ponto de vista diplomático (Lucien Bély, "A dimensão diplomática do imperialismo europeu", p. 15-39), bilateral (Ernst van Veen, "Interações luso-holandesas na Europa e na Ásia "Apagar as diferenças entre as práticas de expansão dos impérios europeus parece-me ser, do ponto de vista ideológico, uma posição preconceito que nos impede de compreender, a longo prazo, toda esta expansão para outros continentes e os efeitos desiguais do retorno da experiência É verdade que nenhum dos dois modelos propostos por Neil Steensgaard 2 -l. imperialismo, cujo controle real assegurava a redistribuição dos lucros obtidos pela conquista territorial ou pelo monopólio do comércio marítimo, em oposição ao imperialismo "moderno" das grandes empresas privadas holandesas e Inglês, cuja lógica de optimização dos lucros já revelava o espírito capitalista - não é aceitável. Com efeito, não só a expansão ibérica utilizou, desde o início, técnicas capitalistas, não descurando a optimização dos lucros, mas também as empresas nórdicas reproduziram muitos métodos ibéricos, como as corridas, a imposição de monopólios comerciais, a política de conquista militar, a manutenção de territórios deficitários ou entrepostos comerciais. No entanto, seria um erro abandonar qualquer comparação, uma vez que o quadro de funcionamento dos diferentes impérios - político, económico, social e cultural - moldou intercâmbios a vários níveis e deixou marcas que ainda hoje são visíveis, quer na Europa, quer noutras regiões. continentes. » (pp. 289-290)

Como podemos constatar, estes debates aproximam-se dos relativos ao século XX, com as teses do "ultracolonialismo", do "arcaísmo" e do mercantilismo do império português, mas tudo isto deve ser cuidadosamente relativizado e periodizado. Além da introdução e conclusão de F. Bethencourt, os dois artigos que, a meu ver, são mais contundentes neste "comparativismo sutil", são os de Luiz Felipe de Alencastro que insiste no fato de que a

colonização brasileira não pode ser confundida com aquela do seu território, mas deve incluir o espaço sul de Angola-Brasil, e o de Diogo Ramado Curto que mostra tanto a oposição entre a pessoa do Soberano como a corrupção da administração portuguesa no Reino do Congo, e o facto de os holandeses serem supostamente mais modernos, na verdade, copiando o modelo português, segundo eles mais funcional para a estabilidade do comércio.

Todos os debates historiográficos modernistas são mais do que úteis para os contemporâneos! Uma política internacional revelou agora uma geração de declarações sociais desconcertantes e interpretações difíceis. Sobrepujança faz interesse econômico em quem perde espaço para iniciar políticas inexplicáveis. Está disponível para a guerra em alguns casos, bem como para intervenções diplomáticas. As hostilidades históricas entre países são ignoradas por gestos particulares de solidariedade entre as suas cidades. E, por outro lado, quando você tenta criar que tal cenário venha a reunir as condições necessárias para sua democratização, atos de força são compreendidos pelas grandes potências, como que se queriam nos trar que limites existentes ao jogo de cena da harmonia entre os Estados.

Assim, embora muitos insistam na profundidade do antagonismo entre as escolas de “Teoria das Relações Internacionais” e queiram a todo custo encerrar o debate com a descoberta de alguma evidência incontestável, o fato é que essa é uma disciplina que tem sido avelada inusitadamente profícua, com as portas permanentemente abertas para o surgimento de novas interpretações.

O estudo *As relações entre a América do Sul e o Oriente Médio*, que analisou as ações recentes de aproximação entre essas regiões, fornece um retrato muito preciso de um tipo de movimento que é atual de nossos analistas, por não encontrar explicações em interesses racionais de clareza e objetos e por si nutrem-se de um conjunto de circunstâncias complexas que envolvem a evolução da política interna dos países e suas formas de integração internacional.

Por que você quer testar esses regulamentos neste momento? Por que você consegue essas peças remotas? Que novidade é essa? Que modalidades, entre aquelas já consagradas ou inventadas, são as empregadas nesse movimento? Mas e essa aproximação que não pode causar problemas aos países envolvidos, mas também à articulação do sistema internacional? Estas são algumas das questões que Élodie Brun, sob a sua autoridade, afirma abordar há muito tempo com a sua mensagem de texto.

Para proceder à sua análise, selecionamos quatro estudos de caso e comprovaremos a relevância do nosso estudo de longo prazo, baseado numa construção lenta do seu objeto. À primeira vista, baseia-se num critério geográfico – devemos visitar os países americanos, o Brasil e a Venezuela, e devemos viver na órbita do Médio Oriente, do Egito e do Irão. Então, aprenderemos que a lição de Brun é muito mas complexa: Brasil e Egito têm países que

precisamos exercer um bom estilo de política externa, utilizando uma estrutura adequada do sistema para inseri-la num formato mas completo, sem demora, no entanto , aspirar a